

Racismo e subjetividade: a pós-memória como possibilidade de elaboração do trauma

Racism and subjectivity: post-memory as a possibility of trauma elaboration

Angela Bucciano do Rosario

Universidade de Coimbra (Portugal)

Resumo. Com base em fragmentos de um caso clínico atendido pela escuta psicanalítica, a problemática do racismo é discutida como sofrimento psíquico a partir de seu enlaçamento social. O conceito de trauma, por se encontrar no escopo da teoria psicanalítica bem como nos estudos do campo social, é um importante articulador teórico e é examinado em suas dimensões social e psíquica. Com base em uma perspectiva que considera a transmissibilidade do trauma, o conceito de pós-memória ultrapassa a ideia de transmissão linear do trauma e amplia para uma concepção sociocultural que inclui uma dimensão ético-política do problema do racismo. A pós-memória, apreendida como forma de resistência, por possibilitar ao sujeito o acesso a novas identificações, viabiliza a elaboração da experiência traumática do racismo.

Palavras-chave: Pós-memória; Psicanálise; Racismo; Sociedade; Trauma.

Abstract. Based on fragments of a clinical case treated by psychoanalytic listening, the problem of racism is discussed as psychic suffering from its social entanglement. The concept of trauma, as it is found in the scope of psychoanalytic theory as well as in studies of the social field, is an important theoretical articulator and is examined in its social and psychic dimensions. Based on a perspective that considers the transmissibility of trauma, the concept of post-memory goes beyond the idea of linear transmission of trauma and expands to a sociocultural conception that includes an ethical-political dimension of the problem of racism. Post-memory, apprehended as a form of resistance, by allowing the subject access to new identifications, enables the elaboration of the traumatic experience of racism.

Keywords: Post-memory; Psychoanalysis; Racism; Society; Trauma.

Introdução

Leila é uma mulher negra, com cerca de 50 anos, que relata um sofrimento em torno de sua imagem que considera menor, inferior e que entende que causa aversão às pessoas de seu espaço social, compostos por brancos de nível socioeconômico como o dela: classe média. Entende-se como privilegiada por ter conseguido ascender socialmente apesar da cor da pele. Atribui esse privilégio ao incentivo aos estudos e também ao fato de suas figuras parentais permanecerem casadas.

Nascida e criada em uma grande capital brasileira, incomoda-se com a cidade onde vive hoje – município de médio porte no interior de Minas Gerais, onde cursou Psicologia em uma universidade pública¹, conheceu o marido, branco, e lá permaneceu, “em uma cidade racista”. As dimensões da imagem e da vergonha perpassam mãe e pai, que caracteriza, respectivamente, como servil e violento. Da posição servil da mãe, “herda” a vergonha (de sua imagem). Da postura violenta do pai, “herda” a agressividade. Vergonha da imagem e agressividade – duas queixas que darão início à sua análise...

Esse fragmento² demonstra um breve recorte da história de uma mulher que chega à análise com um relato de sofrimento, o qual atribui à sua imagem, especificamente a cor de sua pele. Leila³ queixa-se de sua aparência e considera que, pelo fato de ser negra e de viver em uma cidade que entende ser racista, sua imagem a prejudica em sua inserção social e profissional. Imagem e agressividade são dois significantes que, na teorização lacaniana, estão articulados ao registro do imaginário. Para Lacan (1949), a agressividade está na origem da identificação do sujeito e situa-se no campo da especularidade imaginária ou naquilo que o psicanalista designou por estádio do espelho. O estádio do espelho é, antes de tudo, uma identificação no sentido de transformação no sujeito quando ele assume uma imagem (Lacan, 1949). Leila, ao se identificar com as características dos genitores, passa a responder desse lugar, portando a vergonha

¹ A universidade pública no Brasil, na ocasião em que Leila realizou seus estudos, era composta, em sua maioria, por pessoas brancas (docentes e discentes) de estratos sociais médio e alto. Por ser considerado um ensino de excelência, eram raras as pessoas de sua posição social que tinham acesso a esse ensino devido à alta concorrência para o ingresso.

² Não é de interesse deste trabalho a realização de um estudo de caso em psicanálise. Para os objetivos deste estudo, foram selecionados alguns fragmentos da história de uma analisante que discorrem sobre a problemática do racismo.

³ O nome da analisante foi alterado para preservar sua identidade e ela concordou com a utilização do uso de fragmentos de seu caso por intermédio de assinatura de Termo de Consentimento Informado, Esclarecido e Livre.

e a agressividade como reação ao olhar que considera racista das pessoas, as quais a cercam.

Ao considerarmos que não existe uma separação entre uma psicologia individual e uma coletiva, segundo Freud (1921), concordamos que, para a psicanálise, sujeito e sociedade estão intrinsecamente relacionados. Isso porque o inconsciente, objeto da clínica psicanalítica, não se encontra em um registro de um mundo interno, solipsista, mas sim para além do sujeito, incluindo os campos histórico e social.

Eis um desafio da práxis psicanalítica presente no Brasil. Apesar da popularização dos debates sobre decolonização da psicanálise nos diversos espaços psicanalíticos, muitos psicanalistas, por desconhecerem a própria história, não conseguem se emancipar intelectualmente e ignoram sua prática no contexto social brasileiro. Como efeito, temos novas gerações de profissionais que desconsideram o acúmulo intelectual conquistado por gerações passadas, culminando em uma colonização imaginária que tem como raiz a repetição automática⁴. Deste modo, consideramos pertinente o fragmento acima porque aponta para o sofrimento de Leila, revelado a partir de sua experiência social, na qual o racismo se manifesta, de modo persistente, histórica e culturalmente no Brasil.

A ideia de racismo, tal como hoje é apreendida, surge com a concepção moderna de sujeito e suas doutrinas individualistas e igualitárias. Emerge a partir do século XIX⁵, com a apologia de que as desigualdades entre os seres humanos são fundadas na diferença biológica e traz como consequência a hierarquização a partir desse critério (Guimarães, 2004; Munanga, 2000; Souza, 2013).

Diversos teóricos se debruçam sobre a temática do racismo e são unânimes em afirmar que, no Brasil, a abolição da escravatura não se constituiu na possibilidade do surgimento de uma nação mais igualitária (Schwarcz, 2019; Schwarcz e Starling, 2015; Souza, 2006, 2017). A escravidão transmitiu como herança uma sociedade racista presente como ideologia social, que se revela na crença de inferioridade das raças escravizadas no que diz respeito aos seus costumes, comportamentos e valores. Concordamos com Schwarcz (2019) quando afirma que “Um sistema como esse só poderia originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país” (p. 29).

⁴ Kyrillos Neto (2023) problematiza a colonização imaginária e sua raiz - a repetição automática - revelada pelo atual interesse dos psicanalistas brasileiros pelo tema da decolonização.

⁵ É tida como marco do racismo moderno a publicação de *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* (1853), do conde Arthur de Gobineau (1816-1882), conhecido como o “pai do racismo moderno”. Gobineau sustenta nesse ensaio o destino natural de inferioridade das diferentes raças diante da raça branca e que o destino das raças seria a razão para o fim das grandes civilizações (Souza, 2013).

A presença do racismo na sociedade brasileira se encontra amalgamada na história do Brasil, evidenciada em diversos discursos e segmentos sociais. Os efeitos sociais do racismo e da exclusão decorrente se traduzem nos dados de desigualdade social (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019) do país e na violência endêmica⁶. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), a violência é a principal causa de morte, no meio de todas as outras possíveis entre os jovens brasileiros, e representa 47,3% do total de mortes violentas intencionais. Desse total, os negros representam pelo menos 70% do total de vítimas de mortes violentas no país⁷.

Entendemos, com Souza (2021), que o racismo, em sua gênese, assume máscaras para sobreviver, causando um efeito destrutivo nas pessoas, e está impregnado em nossa sociedade nas mais diversas formas de relação. Inferimos que a violência, que caracteriza o racismo no Brasil, traz a marca da repetição, característica de acontecimentos traumáticos não elaborados (Hirsch, 2008, 2010, 2021; LaCapra, 2006; Ribeiro, 2021).

Para além da psicopatologia, a problemática do trauma é tema de investigação de diversas áreas das humanidades e das ciências sociais. Em especial, o tema da memória traumática tem sido utilizado para compreender acontecimentos culturais extremos, como a escravidão, em que o componente da repetição surge, como herança. Entende-se por herança a repetição ou reprodução de características adquiridas pelos antepassados e que se manifesta como uma reatuação sintomática de efeitos pós-traumáticos. (LaCapra, 2006).

Consideramos que a ocorrência de efeitos subjetivos é decorrente de acontecimentos traumáticos não elaborados socialmente. Um exemplo desse tipo de efeito são aqueles designados por LaCapra (2006) de “efeitos de transmissão secundária”. Esse termo refere-se aos efeitos traumáticos experimentados por pessoas que não vivenciaram o evento pessoalmente, como o acontecimento da escravidão e suas consequências sociais. Trata-se de uma perspectiva que considera a transmissibilidade do trauma e será, a partir dela, que avançaremos para o conceito de pós-memória (Hirsch, 2021).

Forjado a partir de estudos de imagens e produções culturais realizadas na década de 1990 o conceito de pós-memória, cunhado por Marianne Hirsch (2013), aborda a memória da segunda ou terceira geração de pessoas que viveram uma experiência traumática. A partir de uma reflexão

⁶ Ver Atlas da violência 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>

⁷ Entende-se por morte violenta intencional a soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora de serviço.

pessoal de descendente de sobreviventes do Holocausto Hirsch (2013) aborda o modo como a geração seguinte lida com os traumas pessoais, coletivos e culturais sofridos por aqueles que a precedem. Mesmo surgida no cenário pós-Holocausto, a pós-memória pode ser aplicada em diversos contextos críticos da história, como a escravatura.

Na perspectiva da pós-memória, as experiências são transmitidas, de modo fragmentado, de diversas maneiras - através de imagens, narrativas, fotografia, arte, ou histórias daqueles que vivenciaram pessoalmente o acontecimento traumático. A transmissão acontece com grande carga de emoção e, este fato contribui para que o acontecimento traumático faça parte da memória dos descendentes, mesmo que estes não tenham tido um contato direto com o acontecimento. Nesse sentido, Hirsch (2013) sustenta que a conexão com o passado, definido por ela como pós-memória, requer investimento imagiário, projeção e criação.

Inferimos que esse conceito pode ampliar a discussão sobre os efeitos subjetivos decorrentes de acontecimentos traumáticos. Isto porque a ideia de pós-memória expande a concepção de uma transmissão linear e se estende a uma perspectiva sociocultural, o que, em nosso entendimento, inclui uma dimensão ético-política do problema do racismo.

É nesta direção que o conceito de trauma é examinado em suas dimensões social e psíquica. Acreditamos que a psicanálise, enquanto teoria, clínica e método investigativo, pode fornecer significativa contribuição para a ideia de trauma e dos conteúdos que a inserem, porque tem como objeto o sujeito; ou seja, a singularidade. Com efeito, Freud propôs interpretações da cultura⁸, mas seu foco continuou no sujeito em seu enlaçamento na sociedade, uma vez que, para ele não é possível conceber o psiquismo apartado da cultura. Do mesmo modo, neste estudo, privilegiamos o sujeito, que nomeamos Leila, e que inicia nosso texto e será a partir de um aspecto de sua narrativa trazida em análise que problematizaremos a questão do trauma, sua transmissão e efeitos subjetivos. Dito de outro modo, tal como a reflexão psicanalítica que parte do concreto para o abstrato, também partiremos da empiria, com base em fragmentos clínicos da análise de Leila, para investigar o racismo e seus efeitos traumáticos, alicerçados nesse contexto empírico.

Entendemos que existe uma pertinência da leitura psicanalítica de eventos históricos e essa relevância se encontra na articulação da relação do passado com o presente. No entanto, consideramos a advertência de Certeau (2020) de que história e psicanálise guardam também suas distinções, já que a primeira coloca o passado ao lado do presente e a segunda reconhece o passado inserido no presente.

⁸ Dentre as análises consideradas sociológicas de Freud, destacam-se: “Totem e Tabu” (1912, “Psicologia das massas e análise do eu” (1921), “Futuro de uma ilusão” (1927) e “Mal-estar na civilização” (1930).

Dessa forma, buscamos realizar um diálogo entre a psicanálise e as ciências sociais com vista à compreensão dos efeitos subjetivos de séculos de exclusão, que vitimaram e permanecem a vitimar pessoas negras no país. O conceito de trauma revela-se um imprescindível articulador teórico para tal propósito, porque se encontra no escopo da teoria psicanalítica e também faz parte dos estudos do campo social.

Partimos da premissa de que a psicanálise é reconhecida, além de uma teoria clínica, como uma teoria das produções culturais. Segundo Safatle (2010), ela busca esclarecer a maneira como os sujeitos movimentam os sistemas de crenças, de afetos, de interesses e de desejos, para validar modos de integração a vínculos sociopolíticos. Não se trata de reduzir a dimensão do social ao psicológico, mas de explicar como a racionalidade dos vínculos sociais depende da disposição dos sujeitos em adotar determinadas formas de conduta (Safatle, 2010).

Assim, buscamos, com os fragmentos da análise, apontar a articulação entre sujeito e cultura presente no sofrimento de Leila a partir de seu enlaçamento na sociedade. Tais fragmentos dizem respeito à história de racismo vivenciado por Leila, circunscrita no contexto da brasilidade. Para tanto, vale uma breve explanação acerca das terminologias raça e racismo na conjuntura histórica brasileira.

O conceito de raça deriva do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie, e foi utilizada para classificar espécies animais e vegetais (Munanga, 2000). As navegações do século XV são da época em que o monopólio do conhecimento e explicação da origem da humanidade era competência da teologia e a descoberta pelos navegadores europeus de povos fisicamente diferentes deles evocou o interesse em saber se esses seres eram bestas ou humanos como os europeus. Comprovada a descendência adâmica, bastava aperfeiçoar sua humanidade primitiva por intermédio da conversão desses povos ao cristianismo (Munanga, 2010).

A substituição da visão religiosa baseada no mito bíblico de Adão e Eva pela visão histórica e cumulativa preconizada pelos filósofos iluministas do século XVIII recuperou o conceito de raça em uso nas ciências naturais. Nos séculos XIX e XX, a ciência debruçou-se na empresa de demonstrar a existência das raças a partir de critérios objetivos, com vista à explicação da variabilidade humana (Munanga, 2010). Porém, como salienta o sociólogo Munanga (2000, 2010), além de não alcançar esse objetivo, o conceito de raça resultou em uma classificação que a própria biologia moderna criticou.

Embora a ciência tenha abandonado o conceito das raças humanas⁹, a herança deixada por ela no que se refere à hierarquização das chamadas

⁹ Em junho de 2000, Craig Venter, um dos pioneiros nos estudos de sequenciamento do genoma humano, em uma cerimônia para anunciar os primeiros resultados do projeto de mapeamento do DNA, na Casa Branca, fez questão de ressaltar que “o conceito de raça

raças em escalas de valores, criou uma “relação intrínseca entre o corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais, morais e estéticas” (Munanga, 2010, p. 187). Foi desse modo que o colonialismo e a escravidão tiveram a legitimidade da ciência para justificar suas ações contra os povos negros e indígenas durante séculos.

No contexto brasileiro, os mais de três séculos de escravidão definiram desigualdades sociais, pois, além de ser um sistema econômico, a raça e a cor marcaram diferenças fundamentais. Por esse motivo, os escravocratas adiaram ao máximo o fim do regime, que acabou tarde e de maneira conservadora (Schawarcz, 2019), a partir de diversas leis graduais até a promulgação da Lei Áurea em 13 de maio de 1888¹⁰. Um ano após a abolição, ocorreu a proclamação da República. Todavia, mesmo com um novo sistema político, não foram assegurados ganhos materiais ou simbólicos para essa população (Domingues, 2007).

Atualmente, de acordo com o IBGE (2019)¹¹, mais da metade da população brasileira é negra e, ainda assim, pesquisas revelam a desigualdade racial evidenciada em diversos índices, como mercado de trabalho (cargos e desemprego), distribuição de rendimentos, condições de moradia, educação, representação política, além da violência, que permanece um problema endêmico no Brasil. Tais indicadores demonstram as severas desvantagens que a população negra possui em relação à população branca, o que evidencia que o problema do racismo no país é histórico e persistente.

Trauma e psicanálise

[...] Não queria ser como eles, tinha vergonha deles, da pobreza que viviam (da servidão da mãe e da violência do pai). Embora refira não ter “sofrido na pele” injúrias racistas, percebe o racismo no olhar das pessoas, o que a faz experimentar, em sucessivas ocasiões em que precisa se expor, a inibição, sempre acompanhada de angústia.

Leila quer conter a agressividade que diz ser “incontrolável”. Refere viver em constantes “brigas internas” em que discute

não tem a menor base genética ou científica” (Kolbert, 2018, p. 38). Estudos posteriores endossam esta tese: as unidades que integram a informação genética do DNA humano são idênticas em 99,9%; ou seja, não há conjuntos homogêneos de variantes genéticas que permitam definir grandes grupos humanos e a conseqüente denominação de raça. Desse modo, não é possível encontrar um parâmetro científico para definir as raças nos seres humanos (Ribeiro, 2009).

¹⁰ A Lei Áurea, ou Lei Imperial número 3.353, foi a Lei que aboliu a escravidão no Brasil, sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888.

¹¹ Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua – Pnad Contínua, produzida pelo IBGE, a população brasileira é constituída por 56% de pessoas negras (somatório entre negros e pardos) e 43% de brancos.

com as pessoas, tendo como alvo recente a sogra – mulher branca, da “elite provinciana da cidade racista”, a quem, outrora, admirava muito e esperava “ser reconhecida como uma filha”, o que constata que nunca aconteceria. Raiva da sogra, “racista, classista, elitista”, por quem “embranqueceu” e se afastou de tudo o que fazia referência à sua origem periférica, em especial das pessoas (amigos e família) que a sogra caracterizava como “certo tipo de gente”. Percebe-se marcada por uma “vergonha” de sua família, de quem não suportava permanecer muito tempo próxima, e atribui à influência da sogra.

De origem etimológica grega, a palavra trauma significa ferida e possui a característica de se manter a mesma em quase todos os idiomas do Ocidente (Rudge, 2009). A concepção de trauma é objeto de investigação de diversas áreas do conhecimento e, entre os seus diferentes significados, a terminologia relaciona-se a eventos imprevistos, ocorridos de forma violenta e que gera ao sujeito envolvido alguma forma de lesão ou dano.

O conceito de trauma pode ser considerado um dos pilares da psicanálise por estar presente desde o início dessa construção. Na definição de trauma de Rousseau-Dujardin (1996), há a advertência de que Freud não menciona traumatismo, somente trauma. A autora faz a distinção entre os termos, referindo que o primeiro é relacionado a um evento externo que atinge o sujeito, enquanto o segundo seria o efeito desse evento no psiquismo. Assim, é possível afirmarmos que, para a psicanálise, o trauma não é o evento, mas o modo como este afeta o psiquismo do sujeito.

Embora esse conceito esteja presente no campo psicanalítico desde a sua “pré-história”, no decorrer da elaboração dessa disciplina passou por algumas movimentações. Nos primórdios da psicanálise, trauma e histeria eram indissociáveis. No final do século XIX, a medicina era colocada em questão devido aos casos de histeria – afecção caracterizada por sintomas somáticos sem uma correspondência orgânica. (Freud e Breuer, 1895a). Nas palavras de Freud & Breuer (1895b), “[...] a sexualidade tem papel fundamental na patogênese da histeria, como fonte de traumas psíquicos e como motivo da “defesa”, da repressão de ideias da consciência. (p. 14). Assim, as pessoas com histeria obtinham a cura de seus sintomas ao recordarem o evento traumático ligado à sexualidade¹² (Freud & Breuer, 1895b).

Cabe ressaltarmos que a ideia de recordação está vinculada à concepção de temporalidade sustentada pela psicanálise. Diferente do tempo li-

¹² A teoria psicanalítica está alicerçada sobre a ideia de sexualidade, que transcende as perspectivas biológica e genital. O inconsciente é a base estrutural dessa teoria e os conceitos de pulsão e de desejo são condições de possibilidade de um existir humano para além de um instinto animal (Birman, 1999, 2003; Garcia-Roza, 1991; 2008; Jorge & Pereira, 2010).

near, a definição de temporalidade a partir do conceito de *Nachträglichkeit* foi utilizada por Freud para se referir ao seu entendimento de temporalidade e de causalidade psíquicas. Traduzida para o português como *a posteriori*, trata-se de uma aceção de temporalidade, que impede uma redução da compreensão psicanalítica da história do sujeito a um determinismo do passado sobre o presente. Freud o utiliza, em diversos momentos de sua obra, para designar um processo de reorganização psíquica em que os acontecimentos traumáticos adquirem significação para o sujeito (Laplanché & Pontalis, 2001; Roudinesco & Plon, 1998).

Trata-se da ideia de que o trauma não produz seus efeitos imediatamente após o acontecimento: há uma latência entre o evento real ou fantasiado e sua manifestação. Assim, os efeitos do trauma irrompem após ressignificação *a posteriori* no quadro da fantasia. Leila não queria ser como seus genitores: pai violento, mãe servil. Afasta-se “desse tipo de gente” e busca, via sogra, um lugar de pertencimento, “embranquecendo”. Mesmo assim, considera que o racismo estava no olhar das pessoas. A angústia e a inibição surgem nesse *a posteriori* traumático, nos momentos em que precisa se expor para alçar algum lugar de reconhecimento em um meio predominantemente branco.

Desse modo, o trauma aponta para o contraste entre uma ideia e um afeto, que, no momento do acontecimento, não pôde ser representado; ou seja, não foi processado psiquicamente. Frente ao trauma, a defesa psíquica é o recalçamento da ideia traumática. Porém, o conteúdo traumático retorna em forma de sintoma: o afeto correspondente à ideia recalçada recai sobre o corpo, enquanto a ideia permanece inconsciente. Há, portanto, um intervalo temporal entre o acontecimento traumático e seus efeitos sintomáticos (Freud & Breuer, 1895).

Conforme mencionado, a teoria do trauma passou por alguns movimentos que acompanharam os acontecimentos históricos. Foi no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que o interesse dos psicanalistas pelas neuroses traumáticas despontou. Freud (1917), em uma conferência proferida na ocasião da Grande Guerra, observa a diferença dessa afecção para aquilo que designa por neuroses espontâneas¹³. Diferente destas, as neuroses traumáticas não continham, em sua etiologia, um conteúdo sexual a ser recalçado. Pelo contrário, as pessoas afetadas por essa neurose tinham de lidar com o excesso de memória, uma vez que as cenas traumáticas povoavam a consciência e os sonhos desses sujeitos. Ou seja, o véu da fantasia não estava presente para amenizar os efeitos do real, como ocorre nos traumas estruturantes presentes nas neuroses de transferência.

É de grande importância para a psicanálise o tema da neurose traumática, porque seus fenômenos clínicos embaraçaram o escopo dessa teoria

¹³ Na nosologia classificatória da época, eram as designadas neuroses de transferência, que incluíam a neurose histérica, a neurose obsessiva e as fobias.

concebida até então. Na primeira teoria do aparelho psíquico¹⁴, a principal tarefa do psiquismo era obter o prazer e evitar o desprazer (Freud, 1910). Todavia, a revivência da situação traumática invasiva e repetitiva, observada nas neuroses traumáticas, indicava haver algo no psiquismo anterior à busca do prazer e à evitação do desprazer.

O princípio de prazer-desprazer encontra-se no esforço para reduzir, manter constante ou remover a tensão interna proporcionada pelas pulsões; isto é, a insistência ou a compulsão à repetição do organismo em voltar ao seu estado inorgânico. A partir dessa noção, Freud (1920) forja o conceito de pulsão de morte como ponto zero da tensão do aparelho psíquico que culminaria na morte. Surgiu, a partir dessas descobertas, a segunda teoria do aparelho psíquico. A repetição é alçada a um lugar fundamental e, segundo Rudge (2003,) tornar-se-á “instrumento privilegiado pelo qual as experiências traumáticas virão a ser gradativamente integradas aos domínios do princípio do prazer” (p. 107). No entanto, ressalta a autora, os problemas dos sintomas de trauma ainda não obtiveram a atenção necessária.

É no texto “Inibições, sintomas e angústia” que Freud (1926/2015) aproxima o trauma da experiência do desamparo, em que a angústia seria um sinal de uma situação de perigo já que remeteria à lembrança de experiências traumáticas passadas.

Inerente à constituição psíquica, o desamparo é postulado por Freud (1926) nas discussões sobre os estímulos internos e externos, que afetam o organismo devido ao seu despreparo nos primeiros momentos de vida. Na perspectiva da estimulação interna, a experiência do desamparo diz respeito a um estado, no qual o sujeito encontra-se inundado pelo excesso de excitações pulsionais que ultrapassam a capacidade de seu domínio (Freud, 1926). Em outra acepção, o desamparo tem origem na relação biológica do recém-nascido frente às primeiras situações de perigo. Tais situações estão relacionadas à dependência do bebê humano, por meio da qual se cria a necessidade de ser amado, que jamais abandonará o ser humano (Freud, 1926). Em ambas perspectivas, Freud (1926) observa a angústia como “produto do desamparo psíquico do bebê, que é a contrapartida evidente de seu desamparo biológico” (p. 80).

Destarte, a angústia, na perspectiva de Freud (1926), possui dois traços de origens diferentes: como expectativa de um trauma, relacionada à situação de perigo; e como indefinição e falta de objeto, relacionada à situação traumática do desamparo. Freud (1926) resume a sequência: “angús-

¹⁴ Ao longo da teorização psicanalítica, Freud forjou duas teorias tópicas do aparelho psíquico. Na primeira, o psiquismo estaria dividido em dois sistemas, o inconsciente e o pré-consciente/consciente; e na segunda, após 1920, os sistemas inconsciente e pré-consciente/consciente passaram a ser qualidades psíquicas e o aparelho psíquico passou a ser compreendido, do ponto de vista tópico, a partir de três instâncias: o id, o ego e o superego.

tia-perigo-desamparo (trauma)” (p. 116) e afirma: “A situação de perigo é a reconhecida, recordada, esperada situação de desamparo. A angústia é a original reação ao desamparo no trauma, que depois é reproduzida na situação de perigo como um sinal para ajuda” (p. 116).

Desse modo, assevera o psicanalista, o Eu repete de modo ativo aquilo que viveu passivamente, como uma “reprodução atenuada” do trauma, a fim de ele próprio dirigir seu curso (Freud, 1926). Trata-se da compulsão à repetição, presente nas neuroses traumáticas, como tentativa de domínio da pulsão de morte representada pelo desamparo. Assim, o papel atribuído ao desamparo, a partir da perspectiva da teoria da angústia, é definir a “experiência traumática como estruturante do psiquismo e fundamento do laço social” (Rudge, 2003, p. 111).

É nesse sentido que, em “O mal-estar na civilização”, Freud (1930) afirma que a melhor designação para o conceito de desamparo seria o medo da perda do amor devido à dependência do sujeito em relação às outras pessoas. E acrescenta que esse temor se mantém presente na vida do sujeito e é responsável pela organização dos laços sociais, criação de Eros. Dessa maneira, temos, a partir de uma perspectiva psicanalítica, que o pacto social é uma proteção contra o desamparo, e a ameaça de quebra desse pacto gera angústia, proveniente da experiência do desamparo. Tal como Leila vivencia nas ocasiões em que é necessário se expor – percebe-se deslocada, fora de lugar, o desamparo a invade e refere uma terrível inibição que a impede de “abrir a boca” e um sentimento de angústia que acompanha essa experiência. Trata-se de situações vivenciadas em meios intelectuais/acadêmicos, cuja inibição lhe impossibilitou a permanência. Leila refere que, nessas ocasiões, se sentia deslocada e inferiorizada diante de um ambiente predominantemente branco. Não compreendia, contudo, o porquê de seu embaraço, uma vez que havia se preparado para a ocasião, mas, no momento em que precisava se expor, surgia a inibição, que a impedia de falar. Tal episódio repetiu-se por mais algumas vezes, o que a fez inferir que aquele espaço não era para ela.

Neste ponto, vale destacarmos a percepção da psicóloga, teórica, artista e escritora portuguesa, Grada Kilomba (2019) sobre o espaço universitário:

[...] o centro acadêmico, não é um local neutro. Ele é um espaço *branco* onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas *negras*. Historicamente, esse é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os *brancas/os* têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o “Outras/as” inferior, colocando africanas/os em subordinação absoluta ao *sujeito branco* (p. 50, grifos da autora).

Sem a compreensão daquilo que a inibia, o estado de desamparo sofrido por Leila parece revelar não somente os efeitos da transmissão linear e

geracional do trauma (submissão da mãe), mas também os de uma transmissão secundária (LaCapra, 2006) em decorrência do racismo persistente na cultura e sociedade brasileiras.

A experiência traumática projeta o sujeito em uma situação de desamparo em que a angústia prevalece. A cena traumática não cessa de se repetir e, de modo compulsivo, clama por um sentido devido ao excesso pulsional. O caráter violento dessa experiência aproxima a experiência do trauma do conceito lacaniano de real como aquilo que se encontra fora da rede simbólica. Isto é, trata-se de um indizível, inassimilável, daquilo que eclode sem uma mediação. Desse modo, o que se realça na experiência traumática, do ponto de vista do psiquismo, é seu sentido econômico¹⁵. Nas palavras de Freud (1917):

Com efeito, a expressão “traumática” não tem outro sentido que não esse, *econômico*. Chamamos assim uma vivência que, em curto espaço de tempo, traz para a vida psíquica um tal incremento de estímulos que sua resolução ou elaboração não é possível da forma costumeira, disso resultando inevitavelmente perturbações duradouras no funcionamento da energia (p. 367, grifo nosso).

A partir do sentido econômico concernente à vivência do trauma, partirmos da premissa de que todo traumatismo supõe uma experiência de violência. Isso porque, tal como o trauma, a violência é também assimilada ao imprevisível, a um excesso pulsional, que irrompe sem mediação simbólica.

A violência envolve uma distância em relação às regras e normas que governam as situações ditas naturais, normais ou legais em determinado contexto sócio-histórico (Michaud, 2001). Ainda nessa perspectiva, assim como revela sua origem latina (*violare*), ela envolve uma violação – de uma ordem estabelecida –, altera um movimento natural das coisas e impõe uma ruptura brusca do convívio do existente, seja essa violação da ordem da natureza ou da cultura (Costa, 2005). Michaud (2001) acrescenta que sua origem etimológica sugere uma profanação, transgressão. Desse modo, afirma o filósofo francês, a percepção da violência se revela a partir dos valores que constituem o sagrado do grupo de referência.

Lacan (1957-1958) pontua que o que se pode produzir em uma relação inter-humana é a violência ou a fala. O psicanalista faz uma distinção do uso que se faz da agressividade, enquanto uma articulação significativa; ou seja, aquilo que ingressou na estrutura da fala. Assim, diferente da

¹⁵ Termo definido por Freud em sua “metapsicologia”, segundo Laplanche e Pontalis (2001), refere-se à hipótese de que os processos psíquicos consistem na “circulação e repartição de uma energia quantificável (energia pulsional), isto é, suscetível de aumento, de diminuição de equivalências” (p. 121).

violência, a agressividade, por inserir-se na articulação significativa, é passível de ser simbolizada e captada pelo mecanismo do recalque.

Dessa maneira, a violência vincula-se à noção de pulsão de morte ou àquilo que não faz vínculo com a palavra e que, portanto, excede a capacidade de representação do aparelho psíquico. Seu correlato, bem como ocorre na experiência do trauma, é a compulsão à repetição, uma vez que não é passível de ser processado simbolicamente no momento do acontecimento. Trauma e violência, portanto, encontram-se enodados na compreensão dos efeitos de repetição do racismo a partir de uma perspectiva subjetiva.

As características de imprevisibilidade, profanação, violação como também os conceitos psicanalíticos de excesso pulsional e de real encontram-se presentes nas descrições de violência. É primordial frisarmos que, na história de cada sujeito, os significantes, que são transmitidos como traços sem memória e esvaziados de sentido, podem “permanecer congelados em uma pré-história geracional ausente de simbolização” (Azevedo & Brandão, 2019, p. 13). O efeito de repetição mostra-se como uma tentativa de elaboração daquilo que foi transmitido sem simbolização.

No fragmento trazido sobre a história de Leila, “negro” é o significante que ordena. Esse significante conduz ao encadeamento dos significantes: racismo, pobreza, embranquecimento e não lugar, que culminam nas manifestações de inibição e de agressividade incontrolável.

Nesse sentido, vale destacarmos a similaridade das observações de Fanon (1952) com relação a essas manifestações afetivas. O autor identifica, entre diferentes estratos sociais e locais na França, “o mesmo componente de agressividade e de passividade” (p. 26). Para o teórico, o negro possui uma exacerbação afetiva, “uma raiva por se sentir pequeno” (p. 65), que o confina em um isolamento.

Concernente à Leila, aquilo que foi vivido pela geração anterior e que, por sua vez, pode ter sido herdado de gerações anteriores, não foi metabolizado e culminou na violência de seu pai e na subserviência de sua mãe. Atinente a esse aspecto, Ribeiro (2021) caracteriza como imprescindível para a construção da pós-memória a indagação do silêncio da geração anterior, a fim de compreender os enigmas acumulados na relação familiar. Esse autor destaca a possibilidade de a posição de vítima ser inseparável da condição de perpetrador, colocando em causa a possibilidade de identificação com esse sofrimento. Leila parece padecer desses efeitos de identificação ao repetir, na tentativa de promover uma saída pulsional para um excesso não simbolizado, sua agressividade “incontrolável”. Assim como foi alvo de agressões paternas, em sua repetição traumática, sua agressividade é dirigida aos objetos que aludem àquilo que a oprime.

Concordamos com Azevedo e Brandão (2019), que apontam que um trauma não metabolizado pode “suscitar a repetição da cena da violência,

mesmo após várias gerações” (p. 14). Com base na ideia de transmissão intergeracional, os autores sustentam que, quando os conteúdos sofrem entraves e não são elaborados, o material não simbolizado pode ser transmitido em seu estado bruto para a geração seguinte. Leila parece repetir a violência sofrida por seu pai. É possível inferirmos que este, por sua vez, pode ter sido igualmente vítima de uma violência racial histórica de que o Brasil é protagonista.

Kilomba (2019), em obra que aborda o racismo cotidiano, refere que este não seja apenas um evento violento singular que ocorre na experiência individual, mas um “acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial” (p. 215).

Como afirmamos anteriormente, de um ponto de vista filogenético, Leila herda a agressividade do pai e a vergonha da mãe, mas há um pano de fundo que sustenta o sofrimento singular dessa mulher. Como romper essa repetição destrutiva? O fragmento da história de Leila pode nos dar elementos daquilo que parece ser uma possibilidade de tratamento e elaboração de conteúdos traumáticos para além da transmissão familiar e histórica.

À guisa de conclusão: pós-memória como condição de possibilidade de elaboração do trauma

Leila se surpreende, a partir da (re)aproximação da cultura negra e de materiais artísticos (cinema, literatura, música) que versam sobre a problemática do racismo, com o modo como almejava um reconhecimento da elite da cidade em que mora, incluindo a família do marido. Assume uma postura compreensiva com relação à agressividade do pai e afirma ter muito orgulho de sua mãe e vontade de estar próxima a ela.

A vergonha permanece, mas agora é a “vergonha da vergonha” – que tinha das figuras parentais, de sua família, de sua origem e esse sentimento vem acompanhado de raiva – de ter se submetido a isso, de “comprar um discurso desses”. Vergonha e agressividade permanecem, não mais voltadas para fora, para “a cidade racista e suas pessoas fúteis”, mas para si mesma, o novo objeto de seus investimentos destrutivos.

Se concebermos com a psicanálise que o aparelho psíquico não é estanque, ou seja, não possui um determinismo linear, pois está sempre aberto a novas significações, a ideia de *Nachträglichkeit*, como temporalidade e causalidade psíquicas (Laplanche & Pontalis, 2001), endossa a pers-

pectiva de que os acontecimentos traumáticos são passíveis de novas significações para o sujeito como processo de reorganização psíquica.

Parece-nos que as (re)aproximações de Leila com a cultura negra mobilizaram movimentos pulsionais, que lhe possibilitaram uma nova significação aos significantes, os quais outrora lhe causavam sofrimento.

Como domínio de interesse de diversas áreas do saber, a problemática do trauma é vastamente explorada no campo das ciências sociais, que, para além da dimensão estrutural do trauma ou trans-histórica, ocupa-se, principalmente, da perspectiva histórica do conceito. Trata-se de uma aceção em que o acontecimento traumático possui precisão e objetividade históricas (LaCapra, 2006). Vale lembrarmos que os traumas coletivos fazem parte da história da humanidade. No que se refere à recente história brasileira, constatamos que os três séculos de escravidão deixaram de herança uma sociedade racista, não inclusiva, marcada por uma extrema desigualdade social, que afeta, de modo significativo, a população negra do país (Schwarcz, 2019; Souza, 2006, 2021).

É nesse sentido que entendemos com a psicanálise que o conceito de trauma, embora tenha sido utilizado para sustentar sua teoria e tratamento, não afeta somente indivíduos. Concordamos com diversos autores que os eventos traumáticos causam efeitos que são percebidos e enfrentados no campo social (LaCapra, 2006; Rosa, 2018; Schwarcz, 2019; Sousa, 2021). Nessa perspectiva, apontamos para a convergência com a concepção psicanalítica, que ressalta que o psiquismo está submetido à instância social onde está inserido e, portanto, o trabalho psicanalítico não pode desprender-se da sustentação afetiva da relação do indivíduo com a sociedade (Freud, 1921, 1933).

LaCapra (2006) faz uma distinção entre as ideias, comumente tomadas como sinônimos: acontecimento traumatizante e experiência do trauma. Para o historiador, uma pessoa pode participar do acontecimento traumatizante sem passar pela experiência do trauma¹⁶. O inverso também é possível segundo o historiador. São os casos de traumatização secundária, em que o sujeito padece de sintomas do trauma, como ansiedade, ataques de pânico e pesadelos recorrentes, sem que se tenha vivido pessoalmente o acontecimento traumatizante. Ainda nessa perspectiva, a traumatização secundária pode se dar via transmissão intergeracional do trauma mediante processos identificatórios com a experiência (real ou imaginária) de antepassados e pode, inclusive, ocorrer como reação às representações do trauma (LaCapra, 2006). Enquanto seres humanos, ressalta LaCapra

¹⁶ Freud (1919), ao tratar da neurose de guerra, afirma que estas seriam neuroses traumáticas e que haveria uma precondição para o acometimento delas; de outra feita, não existiriam os mercenários. Eis o caráter singular do trauma e de suas múltiplas manifestações.

(2006), “somos sometidos a experiencias que nos obligan a situarnos historicamente y a trabajar y elaborar esa situacionalidad” (pp. 20-21).

Em um sentido semelhante, encontra-se o conceito de pós-memória elaborado por Marianne Hirsch. A autora afirma que a ligação da pós-memória com o passado é mediada, não pela recordação, mas pelo investimento imaginário, pela projeção e pela criação. Trata-se de uma estrutura geracional de transmissão enraizada nessas formas de mediação. Tal conceito coloca em destaque a transmissão da memória e de sua socialização. Deste modo, a intimidade familiar é atravessada pelo imaginário coletivo, forjado por interesses públicos, fantasias, projeção, histórias, silêncios e imagens. Tais formas de mediação flexionam a transmissão da memória individual e familiar. (Hirsch, 2008).

Segundo Sousa (2021), o conceito de pós-memória diz respeito a um passado, não vivido pessoalmente, mas que persegue o sujeito como um legado “com o qual é obrigado a estabelecer uma relação que, a um só tempo, o vincule a esse passado e dele o liberte” (p. 15). Distinta da história, mas não separada desta, a particularidade da memória, aponta Hirsch (2021), é a experiência pessoal e afetiva no processo de transmissão. O vínculo afetivo com o passado opera-se via uma conexão material, mediada por tecnologias como a literatura, a fotografia e o testemunho. Parece-nos que o contato que Leila teve com a literatura e com a cultura negras diz respeito àquilo que Hirsch (2021) nomeia por enfoque conectivo da pós-memória, que sugere estratégias de luto e de superação de um passado traumático sem implicar em seu esquecimento. Nas palavras da autora:

A memória é tanto individual como social, corporizada e mediatizada, compartilhada e concorrida. A memória é uma prática e um ato. Trata do passado, mas existe no presente e olha para o futuro. As memórias são plurais e criam potencialmente espaço para as histórias e experiências das minorias sociais, mesmo quando estas lembranças desafiam as versões hegemônicas do passado. (Hirsch, 2010, p. 1)

Nessa direção, Gonzalez (1988a) caracteriza as manifestações do racismo nas sociedades de origem latina como um racismo disfarçado e o classifica de racismo por denegação, cuja forma ideológica consiste na ideologia do branqueamento. É nesse contexto que “o desejo de embranquecer é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura” (Gonzalez, 1988b, p. 136). Trata-se de um estado de alienação vastamente propagado na sociedade e cultura brasileiras, em que a hegemonia de valores da branquitude incide no que Costa (1983) menciona como a dupla injunção de violência sofrida pelo negro no Brasil: “a de encarnar o corpo e os ideais do Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (p. 2)

É na contramão desse estado de alienação na branquitude que Gonzalez (1988b) ressalta que a melhor forma de resistência consiste na força do

cultural, para combater os efeitos de fragmentação da identidade racial que o mito da superioridade branca produz. É nesse contexto que acreditamos que as estratégias de superação da pós-memória, apontada por Hirsch (2021) por intermédio da mediação do recém-contato de Leila com a literatura, artes e espaços contemplados pela cultura negra, possam ser consideradas um ato de resistência.

Se entendemos com Houaiss e Villar (2001) a ideia de resistência como recusa de submissão, luta, reação ou mesmo força que anula os efeitos de uma ação destruidora, a aproximação que Leila realizou implica na possibilidade de realização de novas identificações até então recalcadas em sua história de vida.

Inferimos que essa série de identificações, viabilizadas pela pós-memória, além de colaborar para a elaboração da experiência traumática, reduzindo seus efeitos sintomáticos, “previne o *sujeito negro* da identificação alienante com a branquitude” (Kilomba, 2019, p. 237, grifo da autora).

Cabe uma última observação acerca de uma característica presente na prática psicanalítica – o ostracismo do psicanalista e seu caráter apolítico respaldado na suposta neutralidade que o aproxima da alienação. Embora saibamos que o inconsciente não considera a temporalidade e, tampouco, fatores geopolíticos, a psicanálise “não é uma estrutura a-histórica, imune às vicissitudes da sociedade e da cultura” (Fuks, 2021, p.44).

A história de Leila nos convida a endossar a ideia de que, a história individual está habitada por uma narrativa coletiva. Deste modo, ao escutarmos Leila, com todos os atravessamentos históricos e socioculturais presentes em seu discurso, saímos de um solipsismo muitas vezes presentes na práxis psicanalítica e temos o privilégio de testemunhar a construção de um arranjo emancipatório a partir de uma herança de sofrimento.

Referências

- Azevedo, L. J. C., & Brandão, E. P. (2019). Trauma e a transmissão psíquica geracional. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 22(1), 8-18. Consultado em 30 de setembro de 2022 em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=376562935002>
- Birman, J. (1999). *Mal-Estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2003). *Freud & a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Certeau, M. (2020). *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Costa, J. F. (1983). Da cor ao corpo: a violência do racismo (Prefácio). In N. S. Souza, *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro*

- brasileiro em ascensão social* (pp. 1-16). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Costa, J. F. (2005). As faces da violência. *Percurso*, 2(35), 97-102.
- Domingues, P. (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, 2, 100-122. Consultado em 1 de fevereiro de 2022 em <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt>
- Fanon, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2021). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ano 15. Consultado em 28 de janeiro de 2022 em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>
- Freud, S. (1895a). Prefácio à primeira edição. In S. Freud, *Obras completas, volume 2: Estudos sobre a histeria*. Em coautoria com Josef Breuer. (Vol. 2, p. 14-15). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Freud, S. (1895b). Sra. Emmy von n..., 40 anos, da Livonia. In S. Freud, *Obras completas, volume 2: Estudos sobre a histeria*. Em coautoria com Josef Breuer. (Vol. 2, pp. 18-260). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Freud, S. (1910). Cinco lições de Psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas, volume 9: Observações sobre um caso de neurose obsessiva ("O homem dos ratos"), Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos* (Vol. 9, pp. 220-286). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- Freud, S. (1912). Totem e Tabu. In S. Freud, *Obras completas, volume 11: Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (Vol. 11, pp. 13-244). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Freud, S. (1917). Conferências introdutórias à psicanálise. In S. Freud, *Obras Completas volume 13: Conferências introdutórias à psicanálise (1916-1917)* (Vol. 13, pp. 364-381). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Freud, S. (1919). Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra. In S. Freud, *Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 221-231). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1920). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. 2, pp. 123-198, L. A. Hanns, Coord. Geral da Trad.). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In S. Freud, *Obras Completas, volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos* (Vol. 15, pp. 13-113). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Freud, S. (1926). Inibição, sintoma e angústia. In S. Freud, *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos* (Vol. 17, pp. 13-123). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Freud, S. (1927). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos* (Vol. 17, pp. 231-301). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 18, pp. 13-122). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Freud, S. (1933[1932]). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXI. In S. Freud, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 63-84). Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S., & Breuer, J. (1895). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Obras completas, volume 2: Estudos sobre a histeria* (Vol. 2, pp. 18-260). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- Fuks, B. (2021). A Psicanálise e o Político. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 13 (spe), 42-48. Consultado em: 15 de maio de 2024 em <https://dx.doi.org/10.18379/2176-4891.2021vNSPEAp.42>
- Garcia-Roza, L. A. (1991). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Garcia-Roza, L. A. (2008). *Artigos de metapsicologia, 1914-1917: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Gonzalez, L. (1988a, janeiro/junho). A categoria político-cultural de americanidade. *Tempo Brasileiro*, (92-93), 69-82.
- Gonzalez, L. (1988b). Por um feminismo Afro-latino-americano. *Revista Isis Internacional*, 9, 133-141.
- Guimarães, A. S. A. (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia [online]*, 47(1), 9-43. Consultado em 19 de agosto de 2022 em <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>
- Hirsch, M. (2008). The generation of postmemory. In. *Poetics Today*, Durham: Duke University Press, 29(1), 103-128. Consultado em: 8 de maio de 2024 em <https://read.dukeupress.edu/poetics-today/article/29/1/103/20954/The-Generation-of-Postmemory>

- Hirsch, M. (2010). Os usos e abusos da memória. In: *Hemispheric Institute*. Textos acadêmicos. Consultado em: 15 de maio de 2024 em <https://hemisphericinstitute.org/pt/enc09-academic-texts/item/680-the-uses-and-misuses-of-memory.html>
- Hirsch, M. (2013). Postmémóire/Postmemory. Entretien. *Art Absolument*, Paris, p. 6-11. Consultado em: 13 de maio de 2024 em <https://www.ciremm.org/wp-content/uploads/2015/06/Pages-de-ArtAbsPostmemoire-72dpi.pdf>
- Hirsch, M. (2021). *La generación de la posmemoria. Escritura y cultura visual Después del Holocausto*. España: Carpenochem.
- Houaiss, A., & Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. *Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica*, (41), 1-12. Consultado em 29 de janeiro de 2022 em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
- Jorge, M. A. C., & Ferreira, N. P. (2010). *Freud: criador da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação. Episódios de racismo*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Kolbert, E. (2018, abril). *National Geographic*, 33-46.
- Kyrillos Neto, F. (2023). Psicanálise e Decolonização no Brasil. O dizer da repetição. In: *Teoría y Crítica de la Psicología*. México. 19, 184-201. Consultado em: 15 de maio de 2023 em: <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/414>
- Lacan, J. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1957-1958) *O seminário livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- LaCapra, D. (2006). Estudios del trauma: sus críticas y vicisitudes. In D. LaCapra, *Historia en tránsito: experiencia, identidad, teoría crítica* (pp. 147-194). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. (4a ed., D. Lagache, dir.). São Paulo: Martins Fontes.
- Michaud, Y. (2001). *Violência*. São Paulo: Ática.

- Munanga, K. (2000). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade étnica e etnia. *Cadernos Penesb*, (5), 17-34. Consultado em 2 de setembro de 2022 em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>
- Munanga, K. (2010). Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos Penesb*, (12), 169-203.
- Ribeiro, A. S. (2021). Pós-memória: um conceito (ainda) emergente. In A. S. Ribeiro (org.), *A cena da pós-memória. O presente do passado na Europa pós-colonial* (pp. 15-28). Portugal: Edições Afrontamentos Ltda.
- Ribeiro, M. C. M. (2009). *Genética molecular*. Florianópolis: BIOLOGIA/EAD/UFSC, 2009. Consultado em 11 de maio de 2023 em https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2876110/mod_resource/content/1/PDF_Genetica_Molecular-livro.pdf
- Rosa, J. R. (2018, julho/setembro). Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. *Revista Tempo e Argumento*, 10(25), 289-327. Consultado em 27 de janeiro de 2022 em <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018289>
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rousseau-Dujardin, J. (1996). Trauma. In P. Kaufmann, *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud a Lacan* (pp. 558-559). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Rudge, A. M. (2003). Trauma e temporalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4, 102-116. Consultado em 1 de agosto de 2022 em <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/vtsJWxZcrnGNKkv4vgqTdCs/?lang=pt>
- Rudge, A. M. (2009). *Trauma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Safatle, V. (2010). Freud e a teoria social: uma questão de método. Dossiê digital Freud: Continuidades e rupturas. *Revista Cult*, 13(147), 60-62.
- Schwarcz, L. M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, J. (org.). (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

- Souza, J. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya.
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Souza, R. A. S. (2013, janeiro/junho). A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 6(1), 21-34. Consultado em 20 de agosto de 2022 em <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/249>
-

Fecha de recepción: 11 de marzo de 2024

Fecha de aceptación: 28 de junio de 2024